

A REPORTAGEM JORNALÍSTICA COMO MAPA DAS DIFERENÇAS DENTRO DA NAÇÃO¹

Candice Vidal e Souza (PUC-MG)

RESUMO

A reportagem publicada em jornais, composta por texto e fotografias que identificam e descrevem lugares, pessoas e seus modos de vida, constitui-se em narrativa que descreve fronteiras dentro da nação. Seus autores são observadores legitimados para nomear identidades, diferenças e desigualdades encontradas em suas viagens por metrópoles, pequenas cidades e pelo interior sertanejo. A proposta deste trabalho é analisar, considerando sobretudo material publicado entre 1974 e 1994 na Folha de S. Paulo, o papel da reportagem como narrativa e do repórter como personagem que instituem ou reelaboram fórmulas de diferenciação do espaço nacional, as quais comunicam a respeito de múltiplas culturas notadas pelo país. Trata-se de atentar para o processo de “culturalização dos lugares” que a visada jornalística realiza ao viajar pelos espaços da diferença social. Está em foco o ponto de vista do repórter (não dos atores que experienciam aquelas paisagens geográficas e condições de existência registradas nos jornais), o qual descreve o que ele percebe como “realidade” nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Reportagem; nação; diferenças culturais.

INTRODUÇÃO

O repórter e a reportagem aparecem no jornalismo a partir do final do século XIX. O repórter é um tipo particular de jornalista que se distingue pela maneira de trabalhar. Ele é o tipo nômade da redação. Para elaborar textos com notícias, o repórter envereda pelas ruas, repartições municipais, delegacias de polícia, bairros pobres e periferias das grandes cidades. Logo seu território de deslocamento se amplia. Percorre regiões de seu país e viaja pelo mundo principalmente em função de correspondente de guerra.

No Brasil, a ida de inúmeros repórteres, incluindo Euclides da Cunha, ao sertão baiano onde se desenrolava a guerra de Canudos (1893-1897) foi um esforço pioneiro na imprensa brasileira por dois motivos: a ação simultânea de vários jornais encarregando correspondentes do envio regular de notícias e o reconhecimento da existência de um fato e de um lugar pelas elites citadinas que a imprensa convertia em questão sobre a nacionalidade. Como nota Robert Levine (1995: 78), “Antes de Canudos, mesmo os brasileiros letrados – de todas as regiões do

¹ Trabalho apresentado no GT “Diferenças e desigualdades na mídia: um olhar antropológico”, coordenado por Nara Magalhães e Isabel Travancas, na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro (BA).

país, com exceção dos nordestinos –, praticamente ignoravam a existência de lugares como o sertão. Aquele conflito sangrento mudou completamente a situação; criou-se uma fórmula de atraso e fanatismo que foi cristalizada nos escritos de Euclides da Cunha mas que já era evidente nas primeiras notícias enviadas da Bahia, em 1893 e 1894, sobre a comunidade do Conselheiro”.

Após a experiência fundadora de Canudos, outros olhos de repórteres vão percorrer lugarejos interioranos e cidades grandes para revelar o Brasil como nação composta de diferenças sociais e culturais e de descontinuidades temporais e geográficas. A proposta desse trabalho é apresentar a narrativa da reportagem e o percurso de deslocamento de seu autor como um discurso eficaz de nomeação e valoração de pessoas, modos de vida e lugares situados no Brasil. Assim, a reportagem se emparelha aos textos de outros intelectuais que mapeiam a nação, qualificam suas diferenças internas e revelam a posição espantada do observador que estranha o que há dentro do Brasil². O repórter é um ator intelectual que organiza e dissemina visões das diferenças intranacionais, referenciando espacialmente a história contada, finda por recortar fronteiras entre grupos sociais, operando estratégias de “culturalização dos lugares” e ao mesmo tempo de “localização das culturas”.

O material empírico que sustenta essa interpretação da reportagem foi recolhido no jornal *Folha de São Paulo* em exemplares publicados no período de 1974 a 1994. Para este trabalho selecionei apenas algumas das numerosas reportagens que foram registradas em minha pesquisa.

REPORTAGEM, VIAGEM DENTRO DA NAÇÃO

A reportagem se incorpora às tradições jornalísticas ocidentais em finais do século XIX com a característica de ser o relato da observação e da experiência de um ou dois sujeitos que fazem juntos a excursão ao local dos acontecimentos descritos. Repórter de texto e fotógrafo (também chamado de repórter-fotográfico) deslocam-se para alguma posição privilegiada de registro e participação nos fatos que se vai descrever aos leitores. Considero aqui o trabalho de reportagem que se define como aventureiro e heróico, o qual exige uma viagem particularmente desafiante e arriscada para sua execução.

² Essa discussão foi desenvolvida em minha tese de doutorado “Repórteres, reportagem e construção da nação no jornalismo brasileiro”, defendida em 2003 no PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.

Cabe compreender a importância da experiência pessoal e direta (isto é, não mediada por outra pessoa ou recursos tecnológicos) para o trabalho jornalístico de registro visual e escrito das coisas válidas como notícia. Nesse ponto, comparo a reportagem à etnografia, pelo valor do testemunho, do ver com os próprios olhos. Ambas as formas de conhecimento compartilham relações com o gênero de relato de viagem, retirando sua autoridade narrativa do fato do autor ter “estado lá”. Outra semelhança está no registro de alteridades culturais que reportagens feitas no exterior – em outras nacionalidades – e no interior de uma nação efetivamente realizam, tal como faz o texto etnográfico. Os repórteres concebem sua tarefa como revelação de realidades sociais desconhecidas ou mal sabidas para os leitores. Eles fazem existir, posto que lhes descrevem, nomeiam e fixam sua imagem, pessoas e espaços até então ausentes do registro jornalístico.

A constituição do gênero reportagem aqui no Brasil continua e reinventa a tradição bastante assentada entre nossos intelectuais de conhecer o país de perto, palmilhando as terras do interior e as regiões ignotas do litoral e da cidade para descobrir a realidade nacional. Como se sabe, a viagem rumo ao interior do Brasil é um componente central das diversas modalidades intelectuais de representação do Brasil, mormente das obras que se pode denominar “pensamento social brasileiro” (Vidal e Souza, 1997; Lima, 1999).

O repórter e o fotógrafo seguem rotas antigas e fazem a seu modo viagens de encontro do Brasil já tentadas por outros tipos de narradores. A reportagem feita com o deslocamento espacial ou social, em especial aquela que envolve risco de morte e adversidade para os jornalistas, torna-se a modalidade síntese do trabalho jornalístico. Contar como a viagem foi feita, detalhando os percalços para se chegar ao destino e retornar para casa, torna-se uma seção obrigatória da reportagem em si ou da coletânea dos trabalhos de um profissional.

Uma das questões centrais do ato de reportar consiste na revelação da existência de um fato social. Existência jornalística, esclareça-se. Mas para quem índios, sertanejos, favelados e outros grupos sociais ganham sentido? Para alguém que nunca esteve entre eles, que lerá o jornal, enxergará as imagens e saberá que eles existem de tais e tais modos, pensam de tal jeito, vivem de outro. O receptor da reportagem não é o outro. Nem o repórter é o outro. O narrador jornalista descreve o mundo que não é o seu, da mesma forma que aconteceu com os outros viajantes que inventaram o Brasil para os brasileiros³.

³ Albertina Vicentini, analisando a temática do sertão na literatura brasileira, constata que “o mundo da literatura sertanista é o mundo do escritor citadino fingido de sertanejo, que escreve para um leitor também ele citadino, a

Descobrem alteridades. O estranhamento é um componente invariável das impressões que cientistas, escritores e repórteres deixam sobre o Brasil pisado. Junto com o desconforto de saber que tudo o que se viu está dentro do Brasil. A consciência insegura e indecisa de pertencimento, apesar de sermos todos co-nacionais, acomete os registros. Este sentimento, como notou Marlyse Meyer (1993: 27), existe como na conclusão de Mário de Andrade sobre os seringueiros acreanos que observou em sua viagem ao Norte: “Mas porém é brasileiro,/brasileiro que nem eu”⁴.

AS REPORTAGENS: MODOS DE LER

A opção pela *Folha de S. Paulo*, jornal cuja origem é remetida ao ano de 1921, tem razões que a tornaram estratégica como um dos universos empíricos da pesquisa. A mais importante é relevância teórica e etnográfica da filiação regional desse diário, que, no entanto, se identifica como “um jornal a serviço do Brasil”. A *Folha de S. Paulo* representa a produção de um discurso jornalístico que tem como referente a nação, mas situado em um contexto local. A escolha da *Folha de S. Paulo* é oportuna pela expectativa de que seu noticiário seja moldado pela contingência de pertencimento a uma região que se define de modo próprio frente à nacionalidade.

Os exemplos de reportagens recolhidos na *Folha de S. Paulo* trazem notícias do Brasil construídas em uma narrativa que representa alteridades, por assim dizer, internas. Portanto, uma posição de interpretação desse material é captar as relações significativas do texto que tem como referente aquilo que é definido como interior à nação, mas nem sempre considerado participante de todo do que ela é ou deseja ser.

Portanto, a análise do material deve problematizar a condição de ser este um jornal produzido na capital do estado de São Paulo. Suponho ser a relação entre a região e a nação constitutiva do escrito jornalístico em causa, devendo ser levado em conta o lugar do qual se

respeito de uma cultura diferente da sua” (Vicentini, 1998: 44). Na minha interpretação, esta condição de alheamento em relação ao universo que se quer descrever olhando de perto é comparável à situação daquele repórter deslocado para uma realidade longe da sua e de seu leitor.

⁴ Flora Süssekind descreve a “sensação de não estar de todo” do narrador da ficção dos anos 30-40 do século XIX. Tal sentimento produzia-se em viagens pelo Brasil que os escritores – e os seus personagens – empreendiam “como verdadeiras expedições de caça à própria origem e a uma sonhada ‘essência da nacionalidade’” (Süssekind, 1990: 34). A expressão indica deslocamento, distância e desenraizamento de alguém que parte para um lugar que não é plenamente o seu, ainda que seja também Brasil. Creio que essa condição persiste em outros relatos de observadores em trânsito, como o são os repórteres.

reflete sobre a totalidade. Entretanto, é preciso esclarecer a compreensão específica que adoto para o enquadramento dessas relações. O noticiário da *Folha de S. Paulo* não deve ser interpretado em termos de polaridades rígidas e estáveis que façam distinção entre São Paulo e outras regiões do Brasil. Os repórteres utilizam um esquema de interpretação tradicional deste país que é a classificação dualista e a explicação da realidade nacional pela idéia dos “Dois Brasis”. As narrativas que produzem recriam esse dualismo em vários de seus aspectos centrais. Pois, “em suas diferentes versões, a representação dualista vincula, explícita ou implicitamente, os dois brasis a diferentes temporalidades, espacialidades ou formas de organização social” (Sena, 2000: 46-7).

Essa tradição descritiva, encarregada de fazer descoberta de brasis dentro do Brasil, é também viva na reportagem jornalística (texto e fotografia) aqui feita, tal como em vários outros campos da produção intelectual brasileira (literatura, cinema, artes plásticas, ciências sociais, história). No entanto, a visão dos repórteres encontra essas duas metades antagônicas e complementares do Brasil *em qualquer lugar do espaço nacional*. O registro do arcaísmo e do atraso, que contrasta com o novo e o moderno (segundo o parâmetro que o narrador institui) se faz em regiões variadas. O repórter surpreende o leitor exatamente ao encontrar um Brasil que não está no lugar esperado: o sertão e o interior em São Paulo, a modernidade e o progresso no sertão. Mas ele tranquiliza e confirma o que o leitor espera ao reencontrar formas de primitivismo e atraso no Brasil interior, nos lugares ermos onde *já se sabe* ser assim, não-civilizado, ou, talvez, território de outra civilização.

O dualismo empregado nas reportagens coletadas não é rígido em sua demarcação territorial da nação, nem unívoco em seus significados; muito menos é homogêneo em sua valoração e impressões afetivas sobre a metade do Brasil observada. A narrativa é pois ambígua – encantada ou enojada, assustada ou esperançosa, indignada ou complacente – e variada na forma de adjetivar a diferença achada. Por esta razão, em benefício do rigor etnográfico, é mais indicado pensar em termos de arranjos narrativos com identificação de diferenças em termos regionais (que podem estar no estado de São Paulo ou na própria capital). O que importa aqui é a construção de retratos jornalísticos da distância/proximidade cultural, traduzida em regionalidades ou territorialidades dentro da nação.

A geografia do espaço nacional que a reportagem expõe remete à oposição centro/periferia. Entretanto, um ponto forte do argumento que desenvolvo consiste em entender essa diferenciação hierárquica como amarrada a uma linguagem espacializada, mas cujos significados remetem ao pertencimento a comunidades de valor. Centro e periferia

comunicam exclusão e inclusão em relação a identidades culturais no sentido proposto por Edward Shils, para quem “a zona central não é em si um fenômeno localizado no espaço. Possui quase sempre uma localização mais ou menos definida no interior do território delimitado em que a sociedade vive. No entanto, a sua centralidade nada tem a ver com a geometria e pouco tem a ver com a geografia” (Shils, 1992: 53).

REPORTAGENS *Folha de S. Paulo*, 1974-1990

Para uma sistematização das reportagens desse período, escolhi o critério de agrupamento segundo a localização espacial que identifica o tema do trabalho. Todas as reportagens podem ser classificadas de acordo com seu referente espacial, dado que este é um componente indispensável da informação jornalística moderna: dizer onde aconteceu o fato descrito. Na *Folha de S. Paulo* entre 1974 e 1990 apareceram reportagens situadas na cidade de São Paulo, na *periferia* de São Paulo, em regiões do próprio Estado de São Paulo, em outros Estados, no Nordeste e na Amazônia. O que se detecta nesses lugares são situações *problemáticas* sob a ótica do desenvolvimento social e econômico, mas também focos de desajuste cultural ou desaparecimento de tradições culturais (problemas vários sobre grupos étnico-culturais e seus costumes). Os lugares são ressaltados pelo olho do repórter e do fotógrafo apenas e tão somente porque algo fora do curso normal da vida ou da ordem desejada do progresso social aconteceu ou acontece. Em cada território demarcado pelas reportagens, apresento os temas privilegiados, os modos de ver e os modos de contar (que incluem a inserção do repórter como personagem e interlocutor das pessoas abordadas).

A cidade de São Paulo é descoberta pelo repórter espantado com a sobrevivência de núcleos de pobreza que produzem contrastes entre o mundo que se espera ver na grande metrópole (o ambiente em que vivem o leitor e o jornalista?) e aqueles outros mais afastados que já se sabe serem miseráveis. A reportagem *Um triste e pobre cenário, escondido dentro da cidade* (2 de maio de 1975, sem assinatura) transmite essa impressão ao descrever os cortiços existentes nas proximidades da Praça Roosevelt, no centro de São Paulo.

A associação entre a pobreza dentro da cidade e a presença de migrantes nordestinos é bastante comum nas reportagens desse período. A migração para São Paulo é um *problema* identificado pelo registro jornalístico da cidade e seus arredores. Os migrantes nordestinos

passam a figurar como mais uma etnia com espaços e hábitos próprios em São Paulo. Em *As etnias de São Paulo procuram se manter unidas* (21 de outubro de 1985, sem assinatura) diz-se que a cidade tem “gente de todas as raças e costumes. As comunidades étnicas que vivem na cidade procuram manter-se unidas, encontrar-se com frequência e guardar um pouco da tradição de sua terra de origem.” São citados, pela ordem, índios guaranis, judeus, portugueses, italianos, japoneses, gregos, ciganos, lituanos, alemães, russos, norte-americanos. Há indicação dos locais preferenciais de residência, os pontos de encontro e as datas e horários propícios à reunião dos grupos. Dentre esses, são referidos os migrantes brasileiros, dentre os quais são citados apenas os nordestinos, “que freqüentam bares típicos no Brás (zona leste), onde lêem cartas de parentes que ficaram no Norte ou Nordeste e saboreiam comidas regionais”.

Mas enquanto a existência de comunidades de origens diversas confere um ar pitoresco e curioso ao cenário urbano, a presença nordestina é descrita com estranhamento e até mesmo incômodo. Como se as outras “etnias” estivessem acomodadas e não produzissem mais o impacto desagradável da diferença, aquele que lê o forasteiro como invasor ou um elemento de poluição do espaço urbano. É a impressão de que São Paulo não é a mesma da reportagem *São Paulo, uma imensa feira livre* (12 de junho de 1983, Ricardo Kotscho). A presença do comércio ambulante e de feiras livres faz o repórter perguntar: “o que difere o parque [D. Pedro] da feira de Caruaru? Talvez a única diferença seja que lá tem menos poluição”.

Na cidade que o repórter define como um “imenso acampamento de brasileiros de todos os cantos”, sobressaem os nordestinos, que são multidão perceptível em vários locais da cidade. Como as “centenas” que se reúnem aos domingos na rua Carneiro da Cunha e na praça da Árvore, descritos na reportagem *Na praça da Árvore, a “feira de nordestinos”* (27 de fevereiro de 1978, sem assinatura).

Quanto mais o repórter se afasta para a periferia da cidade, maior é a sensação de desconforto expressa no texto. A descrição e a avaliação de uma realidade não apenas pobre, mas inferior, e por isso indesejável, é posta nitidamente nas reportagens *Criação clandestina de animais vai acabar* e *A periferia parece cidades do interior* (ambas de 2 junho de 1974, sem assinatura):

O lugar de onde o repórter se coloca para ver essas realidades nas fronteiras da cidade é separado do migrante, eles são outros que chegaram a São Paulo. Há marcas textuais de que o repórter está incluído no conjunto dos que pertencem à cidade, como no trecho da reportagem *Doentes e sem qualificação, são migrantes que chegam* (4 de junho de 1974, sem assinatura): “alguns migrantes que têm profissão definida sofrem pela diferença sócio-econômica entre São

Paulo e seus lugares de origem. *Nossos* equipamentos são mais sofisticados, caríssimos, e o migrante, mesmo já profissionalizados, tem que aprender a manipulá-los” (grifo meu).

A descoberta de condições de vida inesperadas e incongruentes com a riqueza que São Paulo inspira uma série longa de reportagens. Isso representa a convivência com outros brasis, atrasados e isolados, bem perto do coração da capital. Aparecem reportagens como *A face oculta da grande metrópole* (1º de maio de 1983), de Luiz Salgado Ribeiro, com fotos de Luiz Carlos Murauskas. Na primeira página desta edição, informa-se que “a zona rural do Município de São Paulo tem ‘cidades’ abandonadas vivendo pobremente, esquecidas pelo poder público. Apesar da vizinhança com o centro da maior metrópole do País, elas sobrevivem muito distanciadas de seus recursos. Por isso, a paisagem no extremo Sul da Capital mais se parece à das aldeias da Amazônia, tão grande é o isolamento em que estão seus moradores”. As localidades de Colônia, Barragem e Evangelista de Sousa são apresentadas e na reportagem *A pobreza da Amazônia pouco distante da Sé* esses lugares são apontados no mapa do município. O autor sintetiza: “a paisagem mesclada com vastidões de matas da represa Billings, o isolamento, a pobreza dos habitantes, que vivem da agricultura; a precariedade das escolas, transportes e comunicações e até mesmo uma aldeia de índios fazem essa vasta área de terras paulistanas se parecer muito mais com a Amazônia do que com qualquer região do Estado de São Paulo. Muito menos com a sede do Município.”

As reportagens da *Folha de S. Paulo* percorrem outros estados do Brasil, produzidas por correspondentes, às vezes pelas sucursais ou, mais comumente, por enviados especiais às regiões. A seca no Nordeste ou em Minas Gerais é o assunto dominante. Especialmente no primeiro caso, cuida-se de estabelecer os laços entre os fenômenos da seca e da miséria no Nordeste com os migrantes nordestinos em São Paulo, seja pela relação de causalidade entre a seca e o aumento do fluxo migratório para a cidade ou pelo impacto das notícias dos familiares sobre aqueles que saíram de suas terras para morar em São Paulo. A violência é notícia com a ocorrência das brigas de família ou na atuação dos “mandões do sertão”. Todos os acontecimentos, enfim, são referidos ao lugar designado por *sertão*. Este não se restringe ao território nordestino, pode ser encontrado em Santa Catarina ou em Minas Gerais. No entanto, seca e violência são características aderidas ao referente *sertão* especificamente nas reportagens sobre o Nordeste.

Em 12 de fevereiro de 1984, é publicada a primeira de uma série de reportagens intitulada *A grande estiagem* (de Luiz Ricardo Leitão, repórter da sucursal de Recife, e fotos de Júlio Jacobina), sobre a “seca do Nordeste, a maior – já entra em seu sexto ano – desde a primeira

grande estiagem conhecida. A de 1583, registrada pelo cronista português Pero de Magalhães Gondavo (sic)”. A abertura da reportagem de Luiz Ricardo Leitão é a viagem de uma família que sai da vila de Tará, “no sertão de Pernambuco”, e percorre a pé mais de 400 quilômetros até Juazeiro do Norte (CE) para pedir chuvas ao Padre Cícero. Pelo caminho morre o filho tuberculoso de 12 anos. Eles são abordados na volta para casa, e para o repórter, a cena era familiar. “Os bens da família estavam amontoados em duas malas, dois sacos, uma bolsa e uma gaiola vazia. Um pinto, nas mãos de Gracilene [a filha caçula de 7 anos], fazia às vezes da cadela “Baleia”, personagem de “Vidas Secas” – miserável caricatura do quadro de flagelo desenhado por Graciliano Ramos”. Diante dos 10 milhões de flagelados da seca que começou em 1979 e com as previsões de que as chuvas iam demorar a voltar, a reportagem conclui: “Até lá mais de 10 milhões de pessoas farão buracos na caatinga, migrarão, passarão fome e invadirão cidades em busca do que comer. Ou então, como Francisco Barros dos Santos e sua família, caminharão 800 quilômetros para rezar pelas chuvas, deixando seus mortos pelo caminho. Da mesma forma que o cronista Pero de Magalhães Gandavo narrava, quatro séculos atrás”.

No dia seguinte, a continuação da série fala em genocídio nordestino, com três milhões e quinhentos mil mortos por sede, fome, desnutrição e epidemias devido à seca dos seis anos anteriores. A narrativa do cotidiano da seca continua na reportagem *Frentes são o último fio de sobrevivência* (14 de fevereiro de 1984).

O mapa da fome e da desnutrição no Brasil tem sua realidade mais trágica no Nordeste (*Sem dados atualizados, Brasil ignora o tamanho de sua fome*, 4 de julho de 1983, sem autoria). Se os dados exatos não estão disponíveis, há os personagens da fome, ainda que muitos nem nome tenham, como mostra a reportagem *As crianças sem nome da tragédia nordestina* (4 de julho de 1983, Edmundo Maia), cujo texto começa no alto da primeira página abaixo da foto de um bebê desnutrido e segue no interior do jornal com o título *As crianças da seca definham e morrem nos hospitais do Ceará*.

Muitos dos que fogem da seca chegam a São Paulo. Em 2 de setembro de 1983 o repórter Luiz Ávila acompanha a chegada de uma família a São Paulo, revelando ao leitor a lógica do deslocamento para a grande cidade de acordo com a expectativa de quem migra: “Para os retirantes, constatou o repórter Luiz Ávila, morar hoje em barraco à beira de rio poluído é melhor do que a vida no Nordeste. Lá, explicou um deles, ‘a fome é brava; quando o caminhão-pipa chegava, as pessoas pulava em cima que nem urubu; nós comia rato, calango...” (*Retirantes, da seca para as favelas*). Há uma foto de José Nascimento com a legenda “Fugindo da seca, o cearense Agenor Galdino Alves desembarca na Marginal do Tietê”. Uma história comum que se

reúne nas favelas paulistanas, afirma o repórter Luís Ávila (*Flagelados chegam direto às favelas da Vila Maria*, 2 de setembro de 1983).

Sabe-se mais sobre o Nordeste nas páginas da *Folha de S. Paulo*. A luta entre famílias na cidade pernambucana de Exu, “a cidade onde o crime é rotina”, foi tema da reportagem *Mais duas vítimas na sangrenta Exu* (25 de julho de 1981, “do correspondente”). Em 1989, Exu reaparece no noticiário do jornal na série que percorria o país para mostrar “O Brasil da eleição”. O repórter Nelson Pujol Yamamoto encontra o lugar afamado pela violência (*Exu procura sepultar 32 anos de violência*, 16 de dezembro de 1989). O uso das metáforas demoníacas no texto é um recurso estilístico que se apropria do senso comum que associou o nome da cidade aos acontecimentos violentos; o repórter faz sua parte em dar verossimilhança aos atributos recebidos pela cidade em função de seu nome.

A região Norte, especialmente a Amazônia, foi o destino de vários repórteres do jornal, autores de longas narrativas sequenciadas sobre a situação da posse de terras, do garimpo e da rodovia Transamazônica. De acordo com a ordem cronológica de publicação, a reportagem *Transamazônica: a terra conquistada* (30 de janeiro de 1974, Cláudio Kuck), inicia esta descoberta jornalística da região. Registra-se a inauguração de um trecho da rodovia pelo presidente Médici. Ao sul do Pará – “a área mais tensa do país” – viajaram o repórter Aníbal Fernando e o fotógrafo Ubirajara Dettmar para contar sobre *A vida no lugar dos homens sem terra* (as reportagens aparecem nos dias 2, 4, 5, 6, 7 e 8 de janeiro de 1977), “percorrendo a área de conflito durante 30 dias”. Lá, “a vida é excepcionalmente dura: os pequenos vilarejos não têm esgotos, a luz elétrica é deficiente, as construções são de barro (o teto de palha de babaçu), as estradas, quando existem, são de terra e ficam intransitáveis, à primeira chuva. Isolando populações inteiras. A vida, por isso mesmo, é cara.” O último capítulo da série passa-se na cidade de Rio Maria, um cenário real de filme de faroeste, onde “tudo se resolve no gatilho, ao velho e cinematográfico estilo de colonização do Oeste americano”.

REPORTAGENS *Folha de S. Paulo*, 1991-1994

O jornal anunciou em 1991 a criação do caderno Brasil que tinha como uma de suas propostas “aprofundar e ampliar a análise de questões sociais que revelam o crescimento de um país quarto-mundista dentro de um Brasil em desenvolvimento. Terão prioridade problemas como os das nações indígenas, os conflitos fundiários, as expansões violentas das fronteiras

econômicas, a explosão dos problemas sociais” (*Folha de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 1991). Xico Sá, repórter do jornal nesse período, interpreta essa ênfase temática como uma virada nacional no olhar do periódico feito em São Paulo: “A Folha descobriu que o Brasil não era só a avenida Paulista” (Entrevista à autora).

Para ter uma visão do Brasil, o jornal nacionaliza a presença de seus jornalistas criando uma organização administrativa específica. Os correspondentes lotados nas principais capitais estão vinculados à Agência Folha (nesses casos, o crédito da autoria aparece “Nome do repórter. Da Agência Folha, em tal lugar”). De modo geral, as cidades onde se baseiam correspondentes são Manaus, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Maceió, Salvador e Belo Horizonte. As cidades do interior de cada um dos Estados que possuem um correspondente em suas capitais e os Estados próximos são visitados pelo repórter. Além do que, a possibilidade de deslocamento de repórteres e fotógrafos de São Paulo para localidades já cobertas permanentemente pela *Folha de S. Paulo* ou para outras regiões sem disponibilidade de profissional do jornal amplia a abrangência geográfica da cobertura direta dos temas.

Miséria, fome, trabalho infantil, trabalhos penosos e situações de exploração e clientelismo, assim como o estranho e o inusitado, são questões jornalísticas que orientam o faro dos repórteres e são encontradas e reencontradas em tantos lugares do país, perto e longe de São Paulo. Portanto, há uma geografia própria que a reportagem vai demarcando e registrando com as fotos e a narração que as acompanha, as quais dão o sentido de sua territorialidade e de seu tempo. Convém, pois, uma exposição das reportagens de acordo com as associações temáticas feitas pelos próprios jornalistas, que as catalogam seguindo classificações estabelecidas entre repórteres e editores.

O arranjo do material respeita a ordem cronológica dentro de cada grupo temático. Pretendo assim respeitar o modo como os jornalistas trabalham: com um arquivo *real* (banco de reportagens e imagens) que informa o que já se fez antes sobre a pauta que ele tem em mãos para executar; com um arquivo *metafórico*, ou seja, um conjunto de convenções que acompanha a descrição de certos lugares, pessoas e situações. Ao levar em conta que o repórter ativa esses arquivos, está-se incorporando a discussão sobre a presença de imagens e concepções já existentes em reportagens de assuntos aparentemente inéditos ou vistos sob novo “enquadramento”, para usar uma expressão cara aos jornalistas.

Da sucursal baiana é enviada, em 27 de maio de 1991, a reportagem *Salvador vira ‘capital’ da miséria e barbárie*, de autoria de Paulo Mota e Luiz Francisco e três fotos de Xandô

Pereira. Recebe o rótulo-síntese (chapéu) de **Quarto Mundo**, o qual só reaparece em 19 de novembro, em *Lixo é fonte de renda a 20 km do Planalto*, de Sylvio Costa. Sobre o estado da vida em Salvador, informam: “Desde o início do ano aconteceram 53 linchamentos na região metropolitana de Salvador. Morreram este ano na cidade 37 meninos de rua de forma violenta. O índice de analfabetismo é de quase 50% da população no Estado da Bahia, onde pelo menos 1,5 milhão de pessoas estão desempregadas. Dados como este fazem de Salvador a ‘capital do 4º Mundo’ no país, *uma cidade à margem da lei e da civilização*” (grifos meus).

Em 23 de setembro de 1991, Lúcio Vaz, enviado especial ao Vale do Jequitinhonha (MG), publica *Miséria domina o Vale do Jequitinhonha*, cujo subtítulo é “Região de Minas Gerais é uma mistura de Etiópia com as áreas mais pobres do Nordeste Brasileiro”. A reportagem mereceu chamada de capa, com uma das cinco fotos de Roberto Jayme (moradores junto ao rio Jequitinhonha) que registram locais e pessoas da região. Conta o repórter sobre a área de “85 mil km² incrustada no segundo Estado mais rico do país”: “Lá, as crianças comem terra para aliviar a fome. Os adultos enlouquecem com a imagem dos filhos famintos. O rio Jequitinhonha, principal fonte de vida da região, está morrendo rapidamente, vítima da ação dos garimpos, do desmatamento e das queimadas, numa combinação da ganância de alguns com a *ignorância dos sertanejos*” (grifos meus). A descrição de “personagens típicos do sertão do Vale do Jequitinhonha” aparece na reportagem *Farinha com água vira refeição da região*. Jáisa Rodrigues, de 16 anos, tem que andar todos os dias três quilômetros com um irmão para buscar a água para o consumo de sua família de 12 irmãos, que tem comido “farinha com água e, às vezes feijão”. Em Francisco Badaró, mora Antônio Luiz Souza (retratado em foto), de 68 anos, que perdeu a roça e vive de aposentadoria do Funrural. Da conversa com esse entrevistado, Vaz registra a opinião dele sobre as queimadas, aludidas pelo repórter como causa possível para a diminuição progressiva da água do rio. Teria dito seu Antônio: “As queimadas são para limpar a terra”. Sem dizê-lo textualmente, o repórter quer registrar aqui um exemplo do que chamou antes de “ignorância do sertanejo”. A história narrada se construiu com as impressões de uma viagem de 1500 quilômetros pela região, na qual constatou que “tão doente quanto as pessoas está o meio ambiente”.

Em 15 de novembro de 1992, a região mineira do rio Jequitinhonha reaparece na reportagem feita no município de Berilo (MG) por Amaury Ribeiro Jr. (correspondente em Belo Horizonte) e André Brant (fotógrafo), com título *Famílias tomam sopa de barro em MG* e subtítulo “Água barrenta dos açudes misturada ao fubá é opção de alimento para moradores do

Vale do Jequitinhonha”. Na chamada de capa, diz-se que a “região vive o drama da seca e é conhecida mundialmente como o ‘Vale da Miséria’”.

Amaury Ribeiro Jr. retorna à região no ano seguinte, acompanhado do fotógrafo Luiz Carlos Murauskas. No domingo, 25 de abril de 1993 sai o resultado desse retorno ao município de Berilo: *Vale do Jequitinhonha vive miséria somali*. Começo do relato: “Pesando menos de 40 kg e abatido por várias doenças e pela fome, o aposentado José Rodrigues Bastos, 67, é apenas um dos moradores de São Pedro do Jequitinhonha que revelam situações de miséria absoluta, como as encontradas na Somália”. A continuação da história se faz com a reportagem *Pinga nina crianças famintas de Minas Gerais*, na qual Amaury explica que “Crianças de quatro a 12 anos da região do Vale do Jequitinhonha estão sendo viciadas em pinga. A área, localizada no norte e nordeste de Minas Gerais, é conhecida mundialmente como o ‘Vale da Miséria’. As mães utilizam a pinga para provocar sono em seus filhos, que choram à noite e não dormem devido à fome”.

A *Folha de S. Paulo* registrou no período situações de trabalho infantil ocorrendo pelo Brasil afora. A exploração naqueles trabalhos penosos realizados em condições arriscadas, a que estão submetidos também os adultos, muitas vezes pais daquelas crianças, foi um tema particularmente observado e noticiado.

Em Abaetetuba (PA), o correspondente Abnor Gondim e o fotógrafo João Ramid, acompanham o “trabalho no buraco”. A capa da edição do dia 1º de setembro de 1992 traz uma foto com a legenda: “Domingos Pinheiro e Waldo Nunes retiram argila na região das ilhas de Abaetetuba (PA), a 60 km de Belém. Mais de 150 homens vivem nesse ‘mar de lama’, segundo relata Abnor Gondim”. Os “barreiros” são os personagens do texto, sua rotina e método de trabalho de extração de argila para a produção de telhas e tijolos em olarias da região, suas condições de moradia em casas com paredes de madeira e cobertas de palha porque não conseguem comprar telhas e tijolos que produzem. Gente como “Pedro de Souza Pinheiro, 30, casado e dois filhos, [que] ficou na atividade por pura falta de opção. Semianalfabeto e nenhum documento de cidadão, Pinheiro afirma que trabalha na lama desde os 5 anos”.

Em Minas Gerais, Amaury Ribeiro Jr. e André Brant revelam a existência das “mata-formigas” ou “meninas-formicidas”, que “são um novo tipo de bóia-fria. Ganham Cr\$ 17 mil por dia para colocar com as mãos inseticidas nos formigueiros que proliferam entre os eucaliptos na região de Felixlândia (MG)”. A reportagem *Crianças matam formiga para viver* (14 de outubro de 1992), conta a história de “crianças e adolescentes que matam e caçam formigas o dia inteiro

[e] se espalham pelo sertão de Minas Gerais (...). Elas têm de 13 a 18 anos de idade, trabalham para empresas de reflorestamento e ganham a vida ao aplicar inseticidas nas áreas de eucaliptos”.

O mesmo repórter viaja ao Paraná, acompanhado do fotógrafo Ormuzd Alves, para contar que *Crianças de 4 anos são bóias-frias no Paraná* (Subtítulo: “Cerca de 4.000 meninos e meninas trabalham até dez horas por dia na colheita de algodão no noroeste do Estado”, sob o “chapéu” **Lavoura Arcaica**). Na cidade de Querência do Norte, registram alguns desses pequenos trabalhadores em plena lida. Fotos e legendas condensam essa realidade vista. Na primeira página do jornal de 28 de fevereiro de 1993: “Dionner Moura, 6, é um dos ‘órfãos da colheita’, umas das 4.000 crianças bóias-frias que, para ajudar no sustento familiar, trabalham mais de dez horas por dia em plantações de algodão no noroeste do Paraná sem garantias trabalhistas”. Na reportagem do caderno Brasil: “Jeferson Esmério trabalha colhendo algodão há dois anos”; “Adriana Mendes, 8, é uma das 4.000 crianças bóias-frias”; “José Eli da Silva Matos (com a chupeta na boca), 6, e a irmã Alessandra, 8, ganham Cr\$ 20 mil pela colheita de 30 quilos” e “Garotos são transportados em carrocerias abertas de caminhões, sem qualquer segurança”.

Em 31 de julho de 1994, Amaury Ribeiro Jr. publica reportagens cujo conteúdo sintetizou com o chapéu **O Haiti é aqui**. Trata-se de uma descrição do trabalho em carvoarias de Minas Gerais. Na primeira página, a foto de autoria de Marcelo Soubhia, mostra “o cavoeiro Aristides da Silva, que nunca viu dinheiro, e sua família em Felizlândia (MG)”. Com o título *Carvoeiros são ‘escravos’ em MG*, é feita a seguinte chamada para a reportagem do caderno Brasil: “Homens e crianças de até 10 anos trabalham em carvoarias do noroeste de Minas Gerais em regime de semi-escavidão, relata Amaury Ribeiro Jr. Os carvoeiros trabalham mais de 18 horas por dia. Alguns nunca viram dinheiro. São impedidos de sair devido a um mecanismo de endividamento com os ‘gatos’ – empreiteiros que obtêm mão-de-obra ilegal (...)”.

Notável nesta reportagem é o atestado não só de presença dado por repórter e fotógrafo, mas de participação no modo de vida das pessoas mencionadas. Em *Carvoeiros trabalham por arroz e farinha*, é revelado que “Essa realidade foi constatada pelo repórter da Agência Folha, que trabalhou durante quatro dias como ajudante do carvoeiro Valdivino Antônio Ferreira, 34, em Buritizeiro (MG). A história se repete em várias outras carvoarias do Estado. Durante quatro dias, o repórter dividiu com Valdivino, sua mulher, Jane Ferreira, 26, e os filhos Janaína, 5, Valdivilson e Josiane, de 11 meses, uma casa de 24 metros quadrados. A casa, construída com eucalipto e bambu e coberta com sapê, fica na Fazenda do Onça, distante 30 quilômetros do

centro de Buritizeiro pelo rio São Francisco”. Com o título *Repórter põe mãos à obra*, há uma foto do repórter em campo, acompanhada de texto semelhante ao citado acima⁵.

Concluo, porém, que a forma de enunciar a diferença encontrada por tantos lugares e a produção de visões sobre o Brasil pelo texto e pela imagem jornalisticamente orientados persiste com as características de relato de alteridade, imputação de qualidades estigmatizantes ou essencializantes, e tratamento de sua diferença como problemática para a realização da nacionalidade desejada. Os modos de olhar o Brasil e as variedades de brasileiros perpassam as páginas da *Folha de S. Paulo* entre 1974 e 1994, ainda que o jornal e os jornalistas, e as relações que os articulam, tenham efetivamente se transformado.

A eficácia comunicativa de reportagens como essas coletadas em 21 anos do jornal paulistano depende da especial competência do jornalista enquanto “etnógrafo”. E, como não?, a eficácia política do jornalismo se atrela ao poder de sensibilização e compreensão sobre o outro que o repórter imagina estar captando com sinceridade em sua rápida passagem pelo seu *habitat*. O leitor de reportagens está numa posição que se assemelha àquela do espectador de imagens mediáticas do sofrimento à distância, desvendada por Luc Boltanski (1993). Ambos recebem informações da *alteridade*, que existe em razão da distância entre as propriedades sociais de quem potencialmente concede uma ajuda e as propriedades sociais daqueles cujo sofrimento e penúria são alvo da reportagem (cf. Boltanski, 1993: 276). No entanto, o leitor brasileiro, ao contrário do espectador europeu que assiste às infelicidades do Terceiro Mundo, tem acesso a relatos de miséria e desajuste social que acontecem em sua própria nação. Nos dois casos, porém, existe um mesmo agente narrativo responsável pela notícia (dar a conhecer): o repórter, *testemunha ocular*, que viu, ouviu e sentiu o lugar, as pessoas, o curso de sua vida. Defendo aqui que o jornalista repórter opera com um modelo sociológico que considera intuitivamente as propriedades sociais de seus leitores e aquelas de seus reportados. De outro modo, pessoas ou comunidades que são tema jornalístico carregam em sua condição de vida – habitação, saber, modo de vestir, comer, trabalhar, votar e casar – aspectos que os distinguem do leitor que abrirá o jornal e lerá a história deles lá contada pelo repórter e ilustrada pelo fotógrafo.

⁵ “Para colher informações sobre os carvoeiros, o repórter Amaury Ribeiro Jr. (dir.), trabalhou quatro dias como ajudante de Valdivino Ferreira. Ele dividiu a casa com a família de Valdivino (mulher e três filhos) e apurou que a produção familiar diária é de dois fornos. Isto deveria render à família R\$ 423,00 por mês, mas os Ferreira não vêm a cor do dinheiro”.

REPÓRTERES COMO NARRADORES DA DIFERENÇA

De que modo se efetivam no jornal visões da nacionalidade? Os enredos das reportagens compõem mapeamentos que falam de identidades pertinentes ao Brasil, fundadas em vínculos com o lugar de origem situado em uma paisagem concebida como pluri-regional. Os dados apresentados são comunicados jornalísticos sobre diferenças constatáveis internamente ao país, codificadas em termos de relações entre espaços e culturas⁶.

As reportagens podem ser retratos quase-etnográficos de lugares e pessoas qualificadas em seu modo de vida. O mosaico jornalístico, composto de notícias do Brasil, é, na sua essência, uma representação do espaço geográfico (o que vale dizer, do espaço social) descontínuo, diferenciado e hierarquizado. Suas premissas se baseiam na naturalização da relação entre espaço, lugar e cultura.

O meu argumento é que o jornalismo intervém poderosamente no terreno das representações das fronteiras geográficas e sociais entre culturas, cabendo-lhe a autoridade de imputar identidades regionais e nacionais no âmbito de seu exercício narrativo próprio.

Sendo assim, a abordagem da reportagem aqui desenvolvida transita pela literatura sobre nações e nacionalidades no ponto exato em que trazem a interrogação sobre a identidade nacional por meio de suas fissuras, incongruências e incômodos que vem de dentro ou que já estejam dentro do espaço reconhecido de uma nação. Pois é certo que os assuntos de que tratamos falam que “the ‘other’ is never outside or beyond us; it emerges forcefully within cultural discourse, when we *think* we speak most intimately and indigenously ‘between ourselves’ (Bhabha, 1990: 4, grifo original).

Tal como nos mostra Abdelmalek Sayad (1998) para a imigração, os temas dominantes das reportagens não são apenas realidades nacionais, mas são sobretudo *problemas* nacionais. É a posição problemática (e incômoda) das situações identificadas pelo jornalista que deve ser objeto de desnaturalização. Existem coincidências do discurso em torno da imigração com o discurso jornalístico em questão: o uso de dados geográficos que são também dados históricos e políticos;

⁶ As diferenças entre Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental, ativas após a unificação, fazem parte da interpretação jornalística das coisas nacionais, como o demonstra Dominic C. Boyer em sua etnografia dos jornalistas alemães. O horizonte de pesquisa sobre identidades, diferenças e desigualdades na mídia deve olhar os jornalistas no quadro de uma antropologia dos intelectuais. Cabe investigar, na direção de Boyer, “how a professional intellectual practice like journalism selectively formalizes intuitive and informal schemes of differentiation, factualizes the schemes as objective knowledges of identity difference and relational appurtenance through the specialized intellectual skills of ‘professional expertise’ and then publicizes the results of its labors as accredited knowledge of social self and other through institutional apparatuses such as the mass media” (Boyer, 2001: 461).

o esquema classificatório que sempre indica de onde são as pessoas, no qual a remissão à sua condição de origem (país, nacionalidade, regionalidade) é a informação básica para a construção de perfis ou na evocação de imagens que figurem o sujeito, o seu grupo e o lugar de onde vêm ou onde vive; a delimitação de territórios para os de lá e os daqui (mesmo no caso em que todos possuem o mesmo estatuto jurídico de co-nacionalidade).

Precisamente, essas reportagens são constructos em torno da diferença com engenhosidades semelhantes àsquelas desmontadas por Sayad no caminho entre Argélia e França. Quando elas dão notícia da alteridade, tratam mesmo é da identidade. Especialmente para a *Folha de S. Paulo*, “fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros” (Sayad, 1998: 21) nas referências a gente tão “distante” (no tempo, no espaço) de locais que podem ser a própria cidade de São Paulo ou outro lugar também inalcançável, incompreensível e inaceitável, mas dentro do Brasil geográfico.

O amontoado dessas histórias apresentadas em tom de descoberta e revelação de verdades incógnitas da realidade brasileira tem a dizer, pelo uso de medidas familiares para apanhar o estranho, sobre “o que faz ser paulista?”. Esse discurso se evidencia com relação a identidades encontradas por repórteres, oriundos ou não de São Paulo, em outras terras brasileiras. As reportagens compulsadas, todas elas, merecem uma mesma interrogação. Se as reportagens constituem falas sobre o nordestino, o sertanejo de Goiás ou o caboclo amazonense, “este é só o nível referencial delas. Em sombras permanece o sentido indêxico das mesmas, a auto-referência implícita do falante: o que afirma o paulista sobre si mesmo quando fala do nordestino [e de todos os outros sociais e geográficos]?” (Segato, 1993: 214). Há que se fazer percebida essa fábrica de estereótipos que trabalha sem ser incomodada: o jornalismo brasileiro (e uma de suas vozes regionalistas mais poderosas).

Existem centros e periferias entre as nações e internamente a cada uma delas. Tudo, na verdade, se refere a um só e mesmo processo: a instituição hierárquica dos critérios de pertinência a uma nação quando se erguem fronteiras para o lado de dentro e o de fora. Claudio Lomnitz chama a atenção para o caráter de interdependência entre esses termos, os quais se referem a relações que estão em constante negociação (cf. Lomnitz, 1999: 184). Os sujeitos que se imaginam centrais só o são porque vêem outros como marginais ou periféricos. A condição de centralidade e marginalidade, cultural e economicamente determinada, não está cristalizada de uma vez por todas em um lugar ou outro (cf. Lomnitz, 1999: 185). Entendo o jornalismo como um discurso que movimenta essas relações, produzindo muitas vezes o efeito de fixação desses atributos, como se fossem naturais, permanentes e não-relacionados.

As reportagens jornalísticas, proponho, podem ser entendidas como verdadeiros “programas de percepção” sobre o universo nacional. Conforme indica Bourdieu (1996), são narrativas compostas de enunciados constataivos que são também enunciados performativos: elas fazem existir os mundos sociais (e as divisões aí postas) quando os registram e os classificam em um texto.

Esse entendimento leva à crítica dos produtos jornalísticos “(...) as modes of imagining and imaging communities” (Spitulnik, 1993: 295). Afinal, a mídia é cada vez mais responsável “(a) for providing the basis on which groups construct an ‘image’ of the lives, meanings, practices, and values of *other* groups and classes; (b) for providing the images, representations and ideas around which the social totality, composed of all these separate and fragmented pieces can be coherently grasped as a ‘whole’” (Spitulnik, 1993: 295).

A produção de imagens de alteridade viabilizando representações de identidade – ou seja, um sentido de comunidade esclarecido em função de outros – é um recurso mediático. Schudson (1978) detectou essa prática para os jornais americanos desde o século XIX, especialmente na chamada “penny press” (jornais que custavam 1 penny). Com eles, a vida cotidiana passou a ser matéria noticiosa. No entanto, a curiosidade não era necessariamente pelo universo familiar à audiência de leitores de classe média. O exótico, o não-familiar no caso era tudo que concernia à vida de outras classes. O repórter se aventurava pela diferença dentro de sua própria sociedade (cf. Schudson, 1978: 28).

Diante de outra situação, observações desse mesmo teor foram feitas por Patrick Champagne (1997) a respeito do funcionamento da “visão mediática”. A detecção de alteridades, normalmente, está no “grupo dos mal-estares sociais”. Segundo o autor, elas fazem sentido para o código de valores jornalísticos. Eles assim o são porque só existem na mídia enquanto “mal-estares para jornalistas”.

Naquilo que concerne a este trabalho, os acontecimentos que são dados a aparecer nos jornais referem-se sobretudo a grupos sociais ou espaços sociais/geográficos subalternos ao lugar de fala do jornalista. É nesse alvo que o jornalista fica mais envolto para exercer seu poder de representação. Como observa Champagne, “quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante, a fabricação do acontecimento foge quase totalmente a essas populações” (1997: 67).

A utilização de estereótipos fica especialmente favorecida na situação de desigualdade entre quem é representado e quem representa. O usufruto da liberdade de retratar alteridades (não raro viável por meio de categorias estigmatizantes) é marcado nas reportagens escolhidas, fartas que são em “observations parfois entachés de cet ethnocentrisme de classe si fréquent dans la description journalistique d’événement ou de phénomènes relatifs aux classes populaires brésiliennes” (Leite Lopes e Maresca, 1989: 26). Diria até que revelam um etnocentrismo de classe entremeado por um etnocentrismo de região.

A perversidade do abuso da função jornalística, notável na oferta de descrições estigmatizantes e estereotipadas do que é pensado como diferença – “fora do comum”, problemático, vergonhoso, intolerável e toda sorte de expressões para coisas incômodas –, pode ser o resultado involuntário de uma ação plena de boas intenções⁷. O jornalista é aquele primeiro a crer que “as desgraças e as reivindicações devem exprimir-se mediaticamente para vir a ter uma existência publicamente reconhecida e ser, de uma maneira ou de outra, ‘levada em conta’ pelo poder político” (Champagne, 1997: 75). No Brasil, essa é uma forma de definir a *missão* da imprensa e da reportagem: a identificação das “chagas” nacionais é a primeira medida para a cura.

Como disse Rui Barbosa, “a imprensa é a vista da Nação” (citado em Nobre, 1950: s/p). Os repórteres que se aventuram em viagens de mapeamento do Brasil acreditam cumprir essa tarefa, inerentemente política, por meio de seus relatos e retratos. A análise da reportagem constata que ela é a modalidade narrativa que cumpre exemplarmente a recomendação de olhar (vigiar) o que se passa com o país. Dessas observações compromissadas desenham-se os mapas sociais e culturais do Brasil, cujas legendas são descritivas mas também avaliativas. Embora as regras do jornalismo contemporâneo imponham a contenção estilística de que a narrativa textual e fotográfica seja substantiva ao invés de adjetiva, podemos reconhecer o tom normativo e as classificações pejorativas. Se nos demormos nessas narrativas que são pensadas como efêmeras e descartáveis para o leitor, segundo seus autores, veremos a produção de alteridades e identidades essencializadas pela redundância e repetição das mesmas viagens, das mesmas *pautas*, em relatos assemelhados. O mapa do Brasil é o mesmo, apesar dos indivíduos que olham

⁷ Tratei detidamente de duas reportagens da *Folha de S. Paulo* que resultaram em descrições de estranhamento e produção de alteridades de maneira mais incisiva que nos exemplos apresentados neste trabalho em Vidal e Souza (2003). São as reportagens “Nordeste tem novas espécies humanas”, de Xico Sá e Antonio Gaudério (10 de novembro de 1991) e “Acaba Vida fica a 120km de Brasília e vive século 19. Acaba Vidão está a 3 dias de cavalo da luz elétrica”, de Mario Cesar Carvalho e Antonio Gaudério (22 de agosto de 1993).

serem diferentes, talvez porque vejam todos a nação que a lente jornalística lhes ensinou a ver e que sua comunidade profissional exige que usem.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ana Maria. "The politics of space, time and substance. State Formation, Nationalism and Ethnicity". *Annual Review of Anthropology*, n. 23, p. 379-405, 1994.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, s.d.
- BHABHA, Homi K. (ed.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOYER, Dominic C. On the sedimentation and accreditation of social knowledge of difference: mass media, journalism, and the reproduction of East/West alterities in unified Germany. *Cultural Anthropology* 15 (4): 459-491.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: Bourdieu, P. (ed.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-79.
- CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des 'malaises sociaux'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 90, p. 64-75, dez. 1991.
- CLIFFORD, James. Traveling Cultures; Spatial Practices: fieldwork, travel, and the disciplining of anthropology. In: _____. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMBRICH, E. H. Verdade e estereótipo. In: _____. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GUPTA, Akhil, FERGUSON, James (eds.). *Culture, power, place: exploration in critical anthropology*. Durham, London: Duke University Press, 1999.
- LEITE LOPES, José Sérgio, MARESCA, Sylvain. A morte da "alegria do povo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 20: 113-134, set. 1992.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/ UCAM, 1999.

- LOMNITZ, Cláudio. El centro, la periferia y la dialéctica de las distinciones sociales en una provincia mexicana. In: _____. *Modernidad india: nueve ensayos sobre nación e mediación en México*. México: Planeta, 1999. p. 151-186.
- LUTZ, Catherine A. e COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. London: University of Chicago Press, 1993.
- MEYER, Marlyse. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. In: _____. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 19-46.
- MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu 1800-1900*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Ed. LEIA, 1950.
- ROUSE, R., FERGUSON, J., GUPTA, A.. (eds.). *Culture, power, place: exploration in critical anthropology*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. Les gangs et la presse: la production d'un mythe national. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 101-102, p. 101-117, 1994.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of american newspapers*. S/l: Basic Books, 1978.
- SEGATO, Rita Laura. O que faz ser paulista? *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, 1993.
- SENA, Custódia Selma. *Os dois Brasis: um estudo do dualismo na interpretação do Brasil*. Brasília: UnB, 2000. (Tese de Doutorado – Antropologia Social).
- SHILS, Edward. Centro e Periferia. In: _____. *Centro e Periferia*. Lisboa: DIFEL, 1992.
- SPITULNIK, Debra. Anthropology and mass media. *Annual Review of Anthropology*, n. 22, p. 293-315, 1993.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. *Sociedade e Cultura*, Goiânia: UFG, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 1998.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *Repórteres, reportagem e construção da nação no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2003 (Tese de Doutorado).